

### A Civilização Greco-Romana: Fundamentos da Cidadania, Democracia e República

A civilização greco-romana representa um pilar fundamental para a compreensão das estruturas políticas e sociais do Ocidente. Suas concepções de cidadania, democracia e república, embora distintas das práticas contemporâneas, estabeleceram as bases para o desenvolvimento do pensamento político e jurídico que moldou governos e sociedades por milênios. O estudo dessas civilizações permite analisar criticamente a evolução dos direitos, deveres e formas de participação cívica, revelando a complexidade e os desafios inerentes à organização social e política desde a Antiguidade.

#### Contexto Histórico e Geográfico

- A civilização greco-romana não foi uma entidade unificada, mas um conjunto de culturas e povos que floresceram no Mediterrâneo Antigo, com a Grécia Antiga (séculos VIII a.C. - II a.C.) e a Roma Antiga (séculos VIII a.C. - V d.C.) como seus principais expoentes.
- A Grécia, composta por cidades-estado autônomas (pólis), e Roma, que evoluiu de uma cidade para um vasto império, desenvolveram sistemas políticos e sociais complexos que, apesar das diferenças, compartilhavam a valorização da participação cívica e da vida pública, ainda que restrita.

#### A Cidadania na Antiguidade Clássica

- **Cidadania Grega (Atenas como referência):**
  - Era um status jurídico e social restrito, concedido apenas a homens livres, nascidos na pólis, filhos de pai e mãe atenienses.
  - Excluía mulheres, estrangeiros (metecos) e escravizados, que não possuíam direitos políticos nem participavam da vida pública.
  - Implicava direitos (participar da Assembleia, ser julgado por tribunais populares) e deveres (serviço militar, pagamento de impostos, participação em rituais religiosos).
  - O cidadão era aquele que participava ativamente da tomada de decisões da pólis, não apenas um residente.

- **Cidadania Romana:**

- Evoluiu ao longo do tempo e era mais flexível do que a grega, podendo ser expandida a indivíduos e até a comunidades inteiras através de concessões.
- Inicialmente restrita aos nascidos em Roma, foi gradualmente estendida a outros povos itálicos e, finalmente, a todos os homens livres do Império (Édito de Caracala, 212 d.C.).
- Conferia direitos legais (propriedade, casamento legítimo, recurso à justiça) e políticos (votar e ser votado em Roma) e deveres (serviço militar, pagar impostos).
- Existiam diferentes graus de cidadania (plena, latina, aliados), refletindo a hierarquia e a expansão do domínio romano.



#### A Democracia Ateniense

- **Origem e Desenvolvimento:**
  - A democracia ateniense surgiu no século VI a.C., com reformas de legisladores como Sólon, Clístenes e Péricles, buscando reduzir o poder da aristocracia e aumentar a participação popular.
  - Era uma democracia direta, onde os cidadãos votavam diretamente nas leis e decisões, sem a figura de representantes eleitos.
- **Estrutura Institucional:**
  - **Eclésia (Assembleia dos Cidadãos):** O principal órgão de decisão, onde todos os cidadãos podiam propor e votar leis, declarar guerra e eleger magistrados.
  - **Bulé (Conselho dos Quinhentos):** Preparava as pautas da Eclésia e administrava o dia a dia da pólis. Seus membros eram sorteados.
  - **Helieia (Tribunais Populares):** Formados por cidadãos sorteados, julgavam casos civis e criminais.
- **Limitações:**

- A exclusão de mulheres, estrangeiros e escravizados significava que a "democracia" representava apenas uma parcela minoritária da população total de Atenas.
- Pensadores como Platão e Aristóteles criticaram a democracia, argumentando que ela poderia levar à "tirania da maioria" ou à demagogia.

## A República Romana

### • Origem e Estrutura:

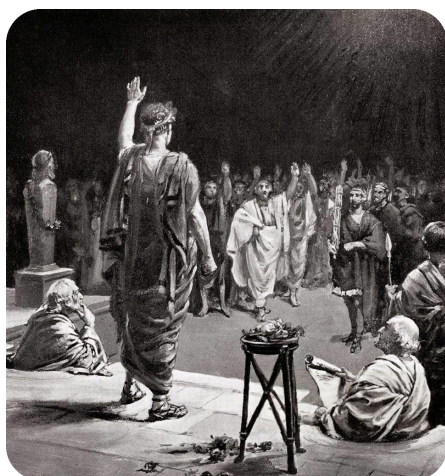
- A República Romana (509 a.C. - 27 a.C.) foi estabelecida após a expulsão dos reis e a queda da monarquia.
- Seu sistema político era complexo, baseado na divisão de poderes e em um equilíbrio entre diferentes instituições, buscando evitar a concentração de poder.
- O termo "Res Publica" (coisa pública) enfatizava que o governo e o Estado pertenciam ao povo romano, não a um único governante.

### • Principais Instituições:

- **Magistrados:** Eleitos anualmente, com poderes específicos (ex: Cônsules - chefes de Estado e do exército; Pretores - justiça; Censores - censo e moral pública; Edis - obras e jogos; Questores - finanças).
- **Senado:** Composto por ex-magistrados, era o principal órgão consultivo e deliberativo, com grande influência na política externa, finanças e religião.
- **Assembleias (Comícios):** Reuniam cidadãos romanos para votar leis, eleger magistrados e decidir sobre questões importantes. Incluía os Comícios Centuriatos, por classes de riqueza e militares, e os Comícios da Plebe, que elegiam os Tribunos da Plebe.

### • Conflitos Sociais:

- A história da República foi marcada pela "Luta de Ordens" entre patrícios (aristocratas) e plebeus (populares), que buscavam igualdade de direitos políticos e sociais.
- A conquista de direitos pelos plebeus, como a criação do cargo de Tribuno da Plebe e a publicação das Leis das Doze Tábuas, foi crucial para a formação da República.



## Legado para o Mundo Contemporâneo

- Os conceitos de cidadania, direito e dever, embora com diferentes abrangências, foram moldados nas experiências grega e romana, influenciando as constituições modernas.

- A democracia direta ateniense inspirou ideais de participação popular, enquanto a República Romana, com sua divisão de poderes e sistema de leis, serviu de modelo para repúblicas e governos representativos modernos (por exemplo, a Constituição dos EUA).
- A noção de "Estado de Direito" (onde todos estão sujeitos à lei) e a própria ideia de que o poder emana do povo ("Res Publica") são heranças diretas dessas civilizações.
- O estudo crítico desses modelos antigos permite entender as origens e a evolução de sistemas políticos, reconhecendo suas inovações e, ao mesmo tempo, suas limitações e exclusões históricas.



## Conclusão

A civilização greco-romana forneceu os pilares para a reflexão sobre o que significa ser cidadão, como organizar o poder político e quais são os limites da participação.

Embora os modelos de cidadania e democracia antigos fossem restritivos, eles estabeleceram a base para o desenvolvimento posterior de ideais de igualdade e representatividade.

A análise crítica de suas estruturas, incluindo suas inovações e suas exclusões, é essencial para compreender as raízes de muitos dos desafios e oportunidades que as sociedades contemporâneas enfrentam na busca por sistemas políticos mais justos e inclusivos.

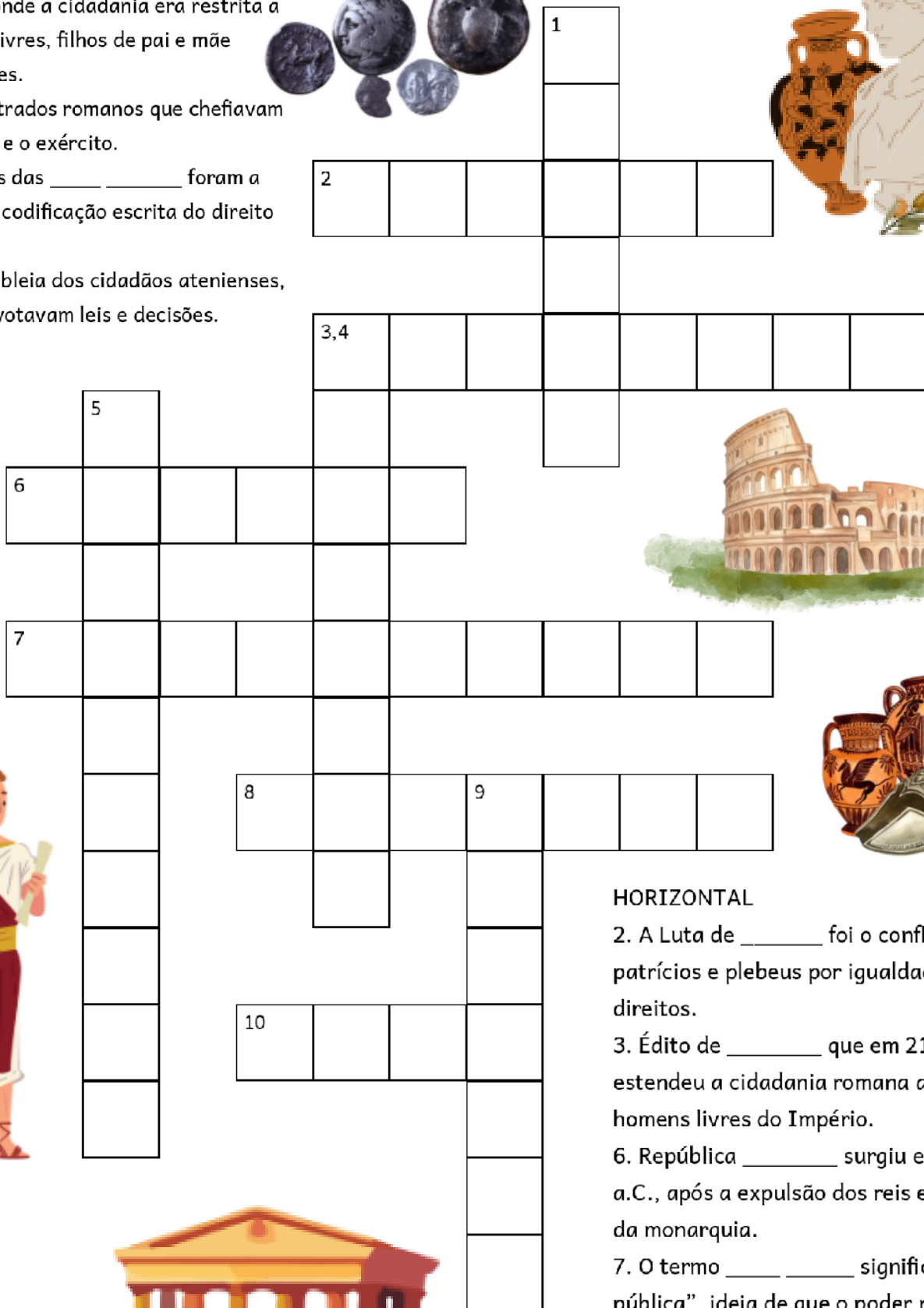
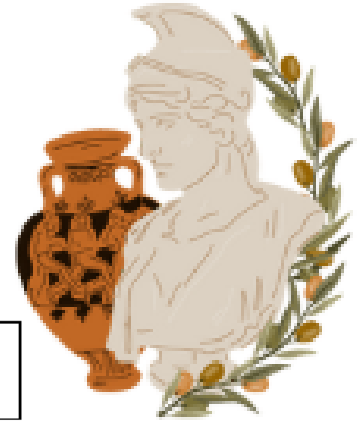
**VERTICAL**

1. Pólis onde a cidadania era restrita a homens livres, filhos de pai e mãe atenienses.

4. Magistrados romanos que chefiavam o Estado e o exército.

5. As Leis das \_\_\_\_\_ foram a primeira codificação escrita do direito romano.

9. Assembleia dos cidadãos atenienses, onde se votavam leis e decisões.



**HORIZONTAL**

2. A Luta de \_\_\_\_\_ foi o conflito entre patrícios e plebeus por igualdade de direitos.

3. Édito de \_\_\_\_\_ que em 212 d.C., estendeu a cidadania romana a todos os homens livres do Império.

6. República \_\_\_\_\_ surgiu em 509 a.C., após a expulsão dos reis e a queda da monarquia.

7. O termo \_\_\_\_\_ significa “coisa pública”, ideia de que o poder pertence ao povo.

8. Estrangeiros residentes em Atenas, sem direitos políticos.

10. Conselho dos Quinhentos, preparava as pautas da Assembleia e administrava a pólis.